



APÊNDICE ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

| 1. DADOS DO PROCESSO: | |
|--|---|
| Nº do Processo: | 10078/2025 |
| Estudo Preliminar nº: | 10078/2025 |
| Secretaria: | Secretaria de Educação |
| Sector / Órgão: | Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria de Educação. |
| Objetivo: | Este documento apresenta Estudos Preliminares voltados à busca da melhor solução para a uniformização dos servidores que atuam como merendeiras, auxiliares de creche, auxiliares de serviços gerais e profissionais de apoio escolar da educação inclusiva da Rede Municipal de Educação de Nova Friburgo, com foco em UNIFORMES DE TRABALHO para o Ano Letivo de 2025. |
| Equipe de Planejamento: | Gestor: Bruno Valverde – matr.: 107.315 |
| | Apoio Técnico: Manuella Carestiato – matr.: 116.280 |
| | De acordo: Caroline Moura Klein - matr.: 990.256 |
| 2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES | |
| Não é possível apresentar o demonstrativo, pois o plano de contratações anual ainda não foi implementado. | |
| 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE: | |
| <p>O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado pela Secretaria de Educação, tem por objetivo escolher a melhor solução para a uniformização dos servidores que atuam como merendeiras, auxiliares de creche, auxiliares de serviços gerais e profissionais de apoio escolar da educação inclusiva da Rede Municipal de Educação de Nova Friburgo, com foco em itens para compor os UNIFORMES DE TRABALHO no Ano Letivo de 2025.</p> <p>Todos os servidores ativos em pauta serão atendidos, incluindo previsão de uniformização para novos servidores para o Ano Letivo de 2025.</p> <p>A disponibilidade de uniformes de trabalho para merendeiras, auxiliares de serviços gerais, auxiliares de creche e profissionais de apoio escolar da educação inclusiva nas unidades escolares municipais, se faz necessária, uma vez que os servidores que atuam na atividade de produção de alimentos, na higienização das instalações sanitárias e nos cuidados de crianças, devem seguir as práticas básicas de higiene: como uniforme compatível à atividade, conservados e limpos. Exigidos por órgãos de fiscalização sanitária e</p> | |



recomendados por técnicos do MEC/FNDE. Em consonância, o Ministério do Trabalho e Emprego possui a portaria 320, de 23 de maio de 2012, com a regulamentação dessas vestimentas. A NR 24 visa às condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

A busca para a melhor solução para a uniformização de servidores de determinadas funções visa proporcionar condições aos servidores exercerem suas atividades devidamente uniformizados, contribuindo assim, para a organização, segurança, higiene, funcionamento e valorização da escola.

Além disso, os uniformes auxiliam na preservação da imagem institucional, reforçando os princípios de igualdade, profissionalismo e pertencimento ao ambiente de trabalho. Portanto, a aquisição é medida indispensável para assegurar a qualidade dos serviços prestados no âmbito educacional, bem como para atender às normas de segurança e saúde do trabalho.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Escolha da melhor solução **PARA A UNIFORMIZAÇÃO DOS SERVIDORES QUE ATUAM COMO MERENDEIRAS, AUXILIARES DE CRECHE, AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS E PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA FRIBURGO PARA O ANO LETIVO DE 2025**. Esta busca da solução para uniformização de servidores de determinadas funções atenderá às necessidades da Secretaria de Educação pelo período de 1 (um) ano.

Os bens especificados têm natureza de bem comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021;

O processo administrativo e a futura licitação resultante da busca de melhor solução deverão os seguintes requisitos baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: baixo impacto e maior eficiência sobre recursos naturais; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem (Art. 4º, Decreto nº 7.746/2012).

A empresa vencedora deverá realizar a entrega do produto, substituir os que estiverem inconformidade com o requisitado, sem ônus para Administração, em prazo especificado no Termo de Referência.

O prazo de entrega é de até 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, autorização de fornecimento ou documento equivalente, conforme conveniência e necessidade, a serem determinados pelo setor de **Almoxarifado da SEDUC**;

A mercadoria deverá ser entregue no Almoxarifado da Secretaria de Educação, situado na **Rua:** Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D'Antas - Nova Friburgo - RJ - CEP: 28630220. Referência: Estrada Friburgo - Teresópolis, km 3 - Subida em frente ao restaurante Toca da Raposa e a fábrica de tubos Santa Paula. Horário de entrega e descarga: de 07h30 até as 14h30 - de segunda a quinta-feira (impreterivelmente).

Na presente busca da melhor solução, não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

Os materiais deverão atender um padrão mínimo de qualidade, durabilidade, com garantia de 12 meses para possíveis vícios a serem percebidos no momento ou após o recebimento. Todo material deve estar em



conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado do INMETRO. O Relatório de Ensaio deve vir acompanhado dos panfletos dos itens com informação necessária e suficiente para perfeita identificação do modelo ou da linha contendo o modelo do produto. A empresa vencedora deverá realizar a entrega do produto, substituir os que estiverem em inconformidade com o requisitado, sem ônus para Administração, em prazo especificado no Termo de Referência.

Os uniformes deverão ser confeccionados em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial a ABNT NBR 15778:2023, que estabelece requisitos de desempenho e segurança para uniformes escolares. Tais normas garantem resistência à tração, solidez da cor e esgarçamento da costura, além de outros critérios que assegurem a durabilidade e a segurança dos itens destinados aos servidores.

Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante;

A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do item;

Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado;

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante;

Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos;

O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado;

A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

Antes da adjudicação, a Secretaria de Educação se reserva o direito de solicitar amostras físicas do item ofertado, a fim de garantir sua qualidade;

Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgada por mensagem



no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

O prazo para apresentação das amostras será de 10 (dez) dias úteis. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo pregoeiro durante a sessão pública;

As amostras deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria de Educação, endereço e horário de funcionamento no Termo de Referência, devidamente identificadas contendo as informações quanto às características relacionadas aos itens;

As amostras serão avaliadas de acordo com as especificações do Termo de Referência pelos fiscais e equipe da Secretaria de Educação;

Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

Tamanho, espessura, durabilidade, resistência, segurança e especificidades técnicas dos produtos;

Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento;

O presente processo administrativo será realizado através de PREGÃO ELETRÔNICO, com fulcro no art. 28, Inciso I da lei 14.133/2021 e será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

A estimativa de quantitativos de uniformes de trabalho foi elaborada a partir de um levantamento realizado junto às Unidades Escolares, utilizando o LINK que foi devidamente preenchido e enviado à Secretaria de Educação em dezembro de 2024, o qual está anexado a este processo. Com base nas informações apresentadas, montamos o quantitativo necessário para atender a Rede Municipal de Educação. Todos os servidores serão atendidos, os ativos e os novos que serão incluídos no quadro de servidores do município durante o Ano Letivo de 2025, com isso, no intuito de abarcarmos os servidores novos, acrescentamos ao levantamento do quantitativo final 20% para todos os itens. Ou seja, o quantitativo foi estabelecido com base no número de servidores informados por cada unidade escolar.

Essa estimativa garante que todos os servidores ativos, incluindo previsão para novos servidores adicionados ao quadro do município ao longo do ano letivo de 2025, sejam atendidos adequadamente.

O quantitativo necessário de itens para as merendeiras, auxiliares de serviços gerais, auxiliares de creche e profissionais de Apoio Escolar na Educação Inclusiva está disponível no anexo deste ETP.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

O levantamento de mercado foi realizado por meio de pesquisas extraídas do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com foco em contratações similares na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021. Esse levantamento é essencial para estudar as práticas adotadas por outros órgãos e entidades públicas, a fim de identificar alternativas que possam atender às necessidades da administração pública de maneira mais eficiente.

Durante a pesquisa de mercado, ficou evidente que alugar uniformes de trabalho para merendeiras, auxiliares de serviços gerais, auxiliares de creche e profissionais de apoio da educação inclusiva, em vez de adquiri-los, apresenta várias desvantagens que podem impactar negativamente tanto a gestão financeira quanto a operacional.



Primeiramente, o custo recorrente do aluguel de uniformes é um dos principais inconvenientes. Ao optar pelo aluguel, a Secretaria de Educação estaria sujeita a pagamentos mensais ou anuais, o que, ao longo do tempo, pode se tornar muito mais caro do que a aquisição dos uniformes, especialmente considerando a quantidade necessária para atender todos os servidores. Essa alternativa também gera uma dependência contínua da empresa fornecedora, que pode não ser ideal em termos de flexibilidade e controle orçamentário.

Além disso, o aluguel pode implicar limitações quanto à qualidade e durabilidade dos uniformes. Muitas vezes, os uniformes alugados são feitos de materiais mais baratos ou de qualidade inferior, o que pode resultar em desgaste mais rápido e necessidade de reposições frequentes, o que eleva ainda mais os custos. Em contrapartida, a compra dos uniformes permite à Secretaria de Educação escolher produtos de qualidade e garantir que eles durem por mais tempo, o que representa um melhor custo-benefício a longo prazo.

Outro ponto negativo do aluguel é a falta de personalização e adequação dos uniformes às necessidades específicas dos servidores. Uniformes alugados podem não atender totalmente às exigências de conforto, segurança ou até mesmo aos padrões de higiene exigidos para diferentes funções, como a manipulação de alimentos ou o cuidado com crianças. Já a aquisição permite selecionar uniformes que atendam de forma precisa às necessidades dos profissionais.

A logística também pode ser um desafio com o aluguel. A necessidade de devolução e reposição periódica dos uniformes pode gerar problemas de disponibilidade, especialmente em momentos de alta demanda ou em caso de extravio. Em comparação, a aquisição garante que os uniformes estejam sempre à disposição quando necessário, sem a dependência de prazos de entrega ou renovação.

Além disso, a prática de alugar uniformes pode afetar a imagem institucional e o sentimento de valorização dos profissionais. A aquisição de uniformes, por outro lado, transmite uma sensação de permanência e compromisso com os servidores, reforçando a importância de seu trabalho e criando um ambiente mais profissional.

Portanto, embora o aluguel de uniformes possa parecer uma opção mais econômica em curto prazo, as desvantagens relacionadas ao custo total, à qualidade, à personalização, à logística e à valorização dos profissionais tornam a aquisição uma solução mais vantajosa e sustentável a longo prazo.

Este tipo de contratação e na mesma modalidade vem sendo praticado em todo o território nacional, assim como já foi realizado por esta municipalidade. Além de diversas contratações, foram identificados diversos fornecedores capazes de atender esse tipo de demanda. Seguem as pesquisas abaixo:

| Órgão: MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU/PR |
|---|
| OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - Seleção de propostas para futuro e eventual fornecimento de EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E UNIFORME PARA MERENDEIROS E MOTORISTAS ESCOLARES, conforme especificações, quantidades e condições do edital e seus anexos, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Foz do Iguaçu, pelo prazo de 12 (doze) meses. |
| Amparo legal: Lei 14.133/21, Art. 28, Inciso I. |



| | |
|--|--|
| ID PNCP: 76206606000140-1-000064/2025 | |
| Valor homologado: R\$ 183.263,00 | |
| Modalidade: Pregão Eletrônico/SRP. | |
| Disponível em: https://pncp.gov.br/app/editais/76206606000140/2025/64 | |
| Acesso: 18/03/2025 | |
| | |
| Órgão: MUNICÍPIO DE VERA CRUZ/RS | |
| OBJETO: Licitação na modalidade de Registro de Preços para aquisição de uniformes e sapatos de segurança para as merendeiras das EMEIs e Escolas municipais. Licitação do tipo pregão eletrônico. | |
| Amparo legal: Lei 14.133/21, Art. 28, Inciso I. | |
| ID PNCP: 98661366000106-1-000545/2024 | |
| Valor homologado: R\$ 21.820,00 | |
| Modalidade: Pregão Eletrônico/SRP. | |
| Disponível em: https://pncp.gov.br/app/editais/98661366000106/2024/545 | |
| Acesso: 18/03/2025 | |
| | |
| Órgão: MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR | |
| OBJETO: Eventual aquisição de uniformes para merendeiras da rede Municipal de Ensino de Boa Vista. | |
| Amparo legal: Lei 14.133/21, Art. 28, Inciso I. | |
| ID PNCP: 05943030000155-1-000099/2024 | |
| Valor homologado: R\$ 222.700,00 | |
| Modalidade: Pregão Eletrônico/SRP | |
| Disponível em: https://pncp.gov.br/app/editais/05943030000155/2024/99 | |
| Acesso: 18/03/2025 | |
| | |
| 7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO: | |
| A estimativa de preço foi elaborada por meio de pesquisa em sites da internet. Foram utilizados 3 preços para cada item. Os valores médios unitários levantados foram então multiplicados pelo quantitativo pretendido, resultando na estimativa para o projeto em questão. Sendo assim, estima-se o preço da contratação total em R\$ 554.334,23 (quinhentos e cinquenta e quatro mil trezentos e trinta e quatro reais e vinte e três centavos) . | |
| | |
| 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: | |
| A Administração Pública, visando adquirir UNIFORME DE TRABALHO para os servidores que atuam como merendeiras, auxiliares de creche, auxiliares de serviços gerais e profissionais de apoio escolar da educação inclusiva da Rede Municipal de Educação de Nova Friburgo/RJ para o Ano Letivo de 2025, optou em contratar empresa especializada para fornecimento dos itens. | |
| Tal aquisição de uniformes de trabalho para merendeiras, auxiliares de serviços gerais, auxiliares de creche | |



e profissionais de apoio escolar da educação inclusiva nas unidades escolares municipais, se faz necessária, uma vez que os servidores que atuam na atividade de **produção de alimentos, na higienização das instalações sanitárias e nos cuidados de crianças**, devem seguir as práticas básicas de higiene: como uniforme compatível à atividade, conservados e limpos. Exigidos por órgãos de fiscalização sanitária e recomendados por técnicos do MEC/FNDE. Em consonância, o Ministério do Trabalho e Emprego possui a portaria 320, de 23 de maio de 2012, com a regulamentação dessas vestimentas. A NR 24 visa às condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

A solução proposta para a aquisição de uniformes de trabalho para merendeiras, auxiliares de serviços gerais, auxiliares de creche e profissionais de apoio na educação inclusiva visa garantir condições adequadas de trabalho, segurança, conforto e higiene para todos os profissionais envolvidos. A proposta consiste na aquisição direta dos uniformes, de forma planejada e organizada, levando em consideração as necessidades específicas de cada função e o contexto de trabalho em que esses profissionais atuam.

Além disso, a solução proporcionará a padronização do vestuário, promovendo a identificação clara dos profissionais no ambiente escolar, o que facilita a organização e a comunicação. A aquisição também garantirá que cada profissional tenha um uniforme adequado às suas funções, proporcionando maior conforto e segurança durante a realização das atividades diárias.

Essa abordagem traz ainda benefícios adicionais, como a melhoria da imagem institucional, com profissionais uniformizados que refletem a seriedade da instituição e contribuem para um ambiente de trabalho mais organizado. A solução também favorece a satisfação e motivação dos profissionais, que se sentirão mais valorizados e respeitados ao receber uniformes de qualidade, ajustados às suas necessidades. Com a solução proposta, a aquisição de uniformes contribui para a segurança, eficiência e o bom desempenho das atividades escolares, além de promover um ambiente de trabalho mais seguro e confortável para todos os envolvidos.

É importante ressaltar **novamente** a desvantagem em se alugar uniformes de trabalho em vez de adquiri-los. Alugar uniformes de trabalho para merendeiras, auxiliares de serviços gerais, auxiliares de creche e profissionais de apoio na educação inclusiva pode parecer uma solução prática em alguns casos, mas há diversas desvantagens que devem ser consideradas. Primeiramente, o aluguel de uniformes gera um custo recorrente, o que pode se tornar significativamente mais caro ao longo do tempo, especialmente quando comparado ao custo de aquisição dos uniformes, que pode ser uma solução mais econômica a longo prazo. Dependendo do tempo de uso e da quantidade de profissionais, o aluguel pode resultar em despesas mensais elevadas, sem uma previsão clara de quando esses custos diminuirão ou cessarão.

Além disso, ao alugar os uniformes, pode haver falta de personalização e adequação aos profissionais. Uniformes alugados nem sempre atendem às necessidades específicas de cada função, como o ajuste de tamanho ou o tipo de material adequado para o ambiente de trabalho. Por exemplo, merendeiras e auxiliares de serviços gerais precisam de uniformes resistentes e fáceis de lavar, algo que pode ser difícil de encontrar em um serviço de aluguel, que geralmente oferece itens padronizados, mas não necessariamente adequados às atividades desempenhadas.

Outro problema do aluguel de uniformes é a dependência de um fornecedor externo para a entrega, troca e



manutenção dos itens. Caso haja algum problema com o fornecedor, como atrasos ou falhas na reposição de uniformes danificados, isso pode prejudicar a continuidade das atividades dos profissionais, gerando desconforto e impactando o bom andamento das atividades escolares. Esse fator de dependência externa pode tornar o processo menos eficiente e mais suscetível a imprevistos. Além disso, ao alugar uniformes, a instituição pode ter menos controle sobre a qualidade dos materiais e da manutenção dos mesmos. Uniformes alugados podem não ser tão duráveis quanto os adquiridos pela própria instituição, o que pode resultar em desgaste rápido e a necessidade de trocas frequentes, o que não ocorre quando os uniformes são de propriedade da instituição.

A questão da higiene também é relevante no aluguel de uniformes. Embora os uniformes alugados passem por processos de limpeza e manutenção, é difícil garantir que o nível de higiene seja o ideal, especialmente quando os uniformes são compartilhados entre diferentes pessoas. No contexto escolar, onde a higiene é fundamental, como no caso de merendeiras e auxiliares de serviços gerais, a preocupação com a limpeza dos uniformes pode ser um fator significativo. Além disso, os profissionais podem preferir usar sempre o mesmo uniforme, que é de sua propriedade e cuidado, garantindo que este esteja em condições ideais de uso.

O aluguel de uniformes também pode apresentar limitações quanto à quantidade disponível e ao tempo de uso. Se algum uniforme se perder ou for danificado de maneira irreparável, pode ser necessário pagar por substituições ou enfrentar prazos de espera até que novos uniformes estejam disponíveis, o que pode prejudicar a logística de trabalho e a continuidade das atividades. Por fim, os uniformes alugados podem não ser suficientemente ajustados à realidade do local de trabalho, como as condições climáticas ou as funções específicas de cada profissional. Por exemplo, merendeiras e auxiliares de serviços gerais podem precisar de uniformes mais resistentes a produtos de limpeza ou ao contato com alimentos, algo que pode não ser completamente atendido por um uniforme alugado.

Portanto, embora o aluguel de uniformes ofereça flexibilidade em termos de custo inicial, ele apresenta várias desvantagens, como custos recorrentes, falta de personalização, dependência de terceiros e preocupações com a qualidade e higiene. Esses fatores tornam a aquisição de uniformes uma opção mais vantajosa a longo prazo, especialmente ao se considerar o impacto na segurança, conforto e produtividade dos profissionais da educação.

A contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, conforme o art. 28, inciso I, e o art. 17, § 2º da Lei nº 14.133/2021, com o tipo de julgamento "menor preço unitário por item". A licitação será aberta a fornecedores locais, regionais e nacionais, e as especificações dos produtos serão definidas com base nos padrões usuais de mercado.

A solução escolhida para esta contratação, considerando sua viabilidade econômica, técnica e ambiental, será a modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme os termos da Lei nº 14.133/2021. O Registro de Preços é uma ferramenta importante e eficiente para a Administração Pública, especialmente quando sua utilização é conveniente. Ele simplifica e otimiza os processos licitatórios, proporcionando várias vantagens, como o aperfeiçoamento do planejamento, aumento da eficiência administrativa, redução de licitações redundantes, maior agilidade nas contratações e



flexibilidade para o órgão público, que poderá realizar ou não a aquisição conforme a necessidade.

O Sistema de Registro de Preços (SRP) facilita diversas contratações, concomitantes ou sucessivas, sem a necessidade de novos procedimentos licitatórios para cada uma, atendendo a um ou mais órgãos ou entidades públicas. O quantitativo de itens, conforme demonstrado nas tabelas anexadas, será considerado na execução do processo. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é uma ferramenta que permite ao município ou à instituição registrar um preço para a contratação de serviços ou fornecimento de materiais, o que proporciona condições comerciais mais vantajosas. Ao registrar esses preços, o município consegue obter descontos e melhores condições ao adquirir um volume maior de produtos ou serviços. Isso é especialmente relevante para as unidades escolares e para a Secretaria de Educação, que frequentemente necessitam de uniformes de trabalho para merendeiras, auxiliares de serviços gerais, auxiliares de creche, profissionais de apoio escolar na educação inclusiva. A reposição contínua desses uniformes é essencial para assegurar que os profissionais desempenhem suas funções de forma adequada, com a devida segurança e eficiência. Portanto, a contratação via SRP é uma solução eficaz para atender a essas demandas, incluindo as urgentes e eventuais.

Além disso, o SRP oferece diversas vantagens. Uma delas é a flexibilidade, pois permite a aquisição de itens conforme a demanda, com a possibilidade de realizar compras parceladas, ajustadas às necessidades que surgirem durante o período de vigência da ata. Outra vantagem significativa é a economia de escala, já que, ao centralizar as compras e negociar com um único fornecedor ou com fornecedores registrados, é possível obter preços mais competitivos devido ao volume de aquisição. A agilidade na contratação também é um ponto forte do SRP, pois o processo licitatório para o registro de preços já ocorreu previamente, o que facilita e acelera a formalização das contratações conforme as necessidades surgem. Por fim, o SRP favorece o planejamento e a previsibilidade, permitindo que as contratações sejam feitas de forma mais estratégica, considerando que as demandas de uniformes de trabalho para as unidades escolares são recorrentes e podem ser previstas com razoável antecedência.

Portanto, a utilização do Sistema de Registro de Preços para o fornecimento de uniformes de trabalho se configura como uma solução eficiente e vantajosa, garantindo a continuidade das atividades escolares e a manutenção de um ambiente seguro e adequado.

A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, com a execução dos pedidos conforme a solicitação do contratante, por meio de nota de empenho, com fornecimento conforme as conveniências e necessidades definidas pelo Setor de Patrimônio da Secretaria de Educação. Embora não haja regulamentação específica para o SRP no âmbito do município de Nova Friburgo, em conformidade com o Decreto Federal nº 11.462, de 31/03/2023, justificamos a utilização do respectivo procedimento auxiliar, nos termos do art. 3º, inciso I, desse diploma legal:

“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de



serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

Este tipo de contratação vem sendo praticada nos mesmos moldes em todo o território nacional. Além de diversas contratações similares, foram identificados diversos fornecedores capazes de atender a demanda da Administração Pública, caracterizando, assim, como a melhor solução é mais viável para o objeto em questão.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Em conformidade com o do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento da solução refere-se à licitação realizada por item, sempre que o objeto for divisível, não haja prejuízo da solução, permita ampla participação de licitantes entendendo que é tecnicamente viável e economicamente vantajoso para administração. Isto porque o parcelamento, quando viável, garante isonomia e ampliação da competitividade do certame, que são princípios gerais do Micro Sistema das Licitações e Contratações, nos termos da **Súmula 247 do TCU** *“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das Licitações para contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, ou perda da economia de escala, tendo em vista o objeto de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidade autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”* Diante disso, estabelece-se que a adjudicação será realizada por item, em conformidade com a Súmula 247 do TCU, uma vez que o objeto é divisível e não há prejuízo para a integridade da solução nem perda de economia de escala. Assim, o parcelamento da contratação se justifica, pois trata-se de uma licitação por item.

O parcelamento da solução será realizado, com os itens divididos em cota principal, reservada e cota exclusiva, em conformidade com o tratamento diferenciado previsto pela Lei Complementar nº 123/2006, considerando que o presente processo envolve bens de natureza divisível, com valor preliminarmente estimado superior a R\$ 80.000,00. A separação dos itens será efetuada posteriormente, após a cotação dos preços, que será conduzida pelo Setor de Cotação da Secretaria de Licitações e Planejamento.

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

A aquisição de uniformes de trabalho para merendeiras, auxiliares de serviços gerais, auxiliares de creche e profissionais de apoio escolar da educação inclusiva nas unidades escolares municipais é necessária, uma vez que os servidores que atuam na atividade de produção de alimentos, na higienização das instalações sanitárias e nos cuidados de crianças devem seguir as práticas básicas de higiene, como o uso de uniforme compatível com a atividade, conservado e limpo. Esses requisitos são exigidos por órgãos de fiscalização



sanitária e recomendados por técnicos do MEC/FNDE. Além disso, o Ministério do Trabalho e Emprego possui a portaria 320, de 23 de maio de 2012, que regulamenta essas vestimentas, e a NR 24 visa às condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

A aquisição de uniformes visa atender à necessidade de fornecimento de vestuário adequado e padronizado para os profissionais das áreas de merendeiras, auxiliares de serviços gerais, auxiliares de creche e profissionais de apoio na educação inclusiva. A iniciativa busca garantir condições adequadas de trabalho, higiene, segurança e conforto para todos os colaboradores, além de promover a identificação visual e organização no ambiente escolar. Espera-se que, com a aquisição dos uniformes, sejam alcançados resultados como a padronização e identificação dos profissionais no ambiente escolar, facilitando a comunicação e a organização, além de reforçar a identidade institucional. Isso também contribuirá para a segurança e higiene, principalmente para as merendeiras e auxiliares de serviços gerais, que lidam com alimentos e realizam atividades de limpeza e manutenção. O uso de vestuário adequado garantirá mais segurança, prevenindo acidentes e assegurando boas condições de higiene no ambiente escolar. Outro ponto importante é o conforto e a funcionalidade dos uniformes, que deverão ser adequados ao tipo de trabalho desempenhado por cada grupo de profissionais. Roupas leves e respiráveis para auxiliares de creche, e vestuário resistente para auxiliares de serviços gerais garantirão maior conforto e eficiência nas atividades cotidianas. Além disso, o fornecimento de uniformes demonstrará valorização dos profissionais, proporcionando um ambiente mais motivador e favorecendo o desempenho das atividades. Ao serem devidamente uniformizados, os trabalhadores se sentirão mais valorizados e reconhecidos, o que contribuirá para a qualidade do trabalho.

O fornecimento de uniformes será especialmente vantajoso para cada categoria de profissional. Para as merendeiras, serão adquiridos aventais, toucas e calçados adequados para o manuseio de alimentos, garantindo a segurança alimentar e a manutenção de um ambiente higienizado na cozinha escolar. Para os auxiliares de serviços gerais, o fornecimento de uniformes resistentes e confortáveis, como calças e camisetas atenderá às necessidades de segurança e praticidade na execução das tarefas de limpeza e manutenção nas escolas. Já para os auxiliares de creche, o vestuário será leve e confortável, adequado para a interação com crianças pequenas, com tecidos respiráveis e resistentes a movimentos dinâmicos. Os profissionais de apoio na educação inclusiva receberão uniformes que proporcionarão conforto e mobilidade, facilitando o trabalho de apoio a alunos com necessidades especiais durante as atividades pedagógicas e assistenciais.

O sucesso da aquisição será medido por indicadores como a melhoria nas condições de trabalho, refletindo diretamente na eficiência e produtividade dos profissionais, impactando positivamente na qualidade das atividades desenvolvidas nas escolas. A satisfação dos profissionais também será um fator importante, já que o fornecimento de uniformes contribuirá para um ambiente de trabalho mais colaborativo e motivado. Além disso, a centralização da compra através do SRP contribuirá para a redução de custos operacionais, uma vez que será possível negociar melhores preços devido ao volume de aquisição. Também se espera que a aquisição de uniformes aumente a segurança e o bem-estar dos profissionais, reduzindo riscos de acidentes e criando um ambiente de trabalho mais saudável.



Portanto, a aquisição de uniformes para as merendeiras, auxiliares de serviços gerais, auxiliares de creche e profissionais de apoio na educação inclusiva é uma ação estratégica que visa não apenas atender às necessidades de vestuário, mas também melhorar a qualidade do ambiente de trabalho, aumentar a segurança e promover a valorização dos profissionais..

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

A Unidade Requisitante já possui a estrutura necessária para viabilizar a contratação. Sendo assim, não há necessidade de providências prévias ao contrato.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Não vislumbramos contratações correlatas e/ou interdependentes para o presente caso.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos exigidos neste tópico.

Inicialmente, vale lembrar que a promoção do desenvolvimento nacional sustentável é um dos princípios expressos nas licitações públicas, conforme previsto no Art. 5º da Lei 14.133/2021. Desta forma, com a finalidade de efetivar a responsabilidade ambiental, bem como mitigar os possíveis impactos ambientais as empresas fornecedoras contratadas devem adotar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental:

- a) Na execução do objeto contratual, deverão adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços;
- b) Observar os requisitos ambientais para certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Os materiais a serem adquiridos devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens individuais adequadas, com utilização de materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- d) Considerando todas as fases do ciclo de vida dos produtos citados, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

1. Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.



São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos originados da fabricação dos bens contratados: lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e outras formas vedadas pelo Poder Público.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Este Estudo Técnico Preliminar demonstra que a contratação de solução para o fornecimento de uniformes de trabalho para atender as necessidades da Secretaria de Educação é tecnicamente viável e essencial. A contratação é necessária para garantir a continuidade dos serviços, visando à segurança, higiene e bem-estar de alunos e funcionários das Unidades Escolares.

A contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, com fundamento no art. 28, inciso I, e no art. 17, § 2º da Lei nº 14.133/2021, e no Decreto Federal nº 11.462, de 31/03/2023. A utilização do Sistema de Registro de Preços se justifica pela conveniência de fornecer os materiais de forma parcelada, conforme a demanda, com o objetivo de minimizar o risco de desabastecimento e reduzir os custos associados à aquisição.

Dessa forma, o registro de preços será utilizado conforme as necessidades futuras dos produtos, levando em consideração o consumo gradual dos itens solicitados, o que permite maior flexibilidade e adequação às demandas reais ao longo do tempo.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art.18 da Lei nº 14.133/21.

| Gestor: | Apoio Técnico: | De acordo: |
|---|---|--|
| <hr/> Bruno Valverde Coordenador de Nutrição Escolar Mat.: 107.315 | <hr/> Manuella Carestiato Faria Nutricionista Matr.: 116.280 | <hr/> Caroline Moura Klein Secretária Municipal de Educação Matr.: 990.256 |

Nova Friburgo/RJ, 10 de abril de 2025.